



Organização
Internacional
do Trabalho

► **IPEC+**

Implementação do Programa de Referência Mundial

Para um mundo sem trabalho infantil nem trabalho forçado



► O impacto da COVID-19 no trabalho infantil e trabalho forçado: a resposta do Programa de Referência IPEC+

A COVID-19 mergulhou o mundo numa crise com um âmbito e uma escala sem precedentes. A restauração da saúde global continua a ser, inquestionavelmente, a principal prioridade, mas as rigorosas medidas exigidas estão a resultar em choques económicos e sociais massivos.

As causas profundas do trabalho infantil e do trabalho forçado – nomeadamente a pobreza, o acesso limitado a oportunidades de trabalho digno para as pessoas em idade ativa legal, a marginalização social, a discriminação, a falta de ensino de qualidade universal, a prevalência da economia informal e um diálogo social deficiente – são suscetíveis de ser exacerbadas.

O IPEC+ desenvolveu planos de continuidade de empresas para mitigar os riscos e para reorientar a sua estratégia e está a procurar monitorizar o impacto da COVID-19 no trabalho infantil e no trabalho forçado, particularmente em relação ao encerramento de escolas, encerramento de empresas, desemprego, perda de meios de subsistência nas comunidades afetadas e falta de sistemas de proteção social.

Em consonância com o [Quadro de políticas da OIT para combater a COVID-19](#) e a [Monitorização da OIT: COVID-19 e o mundo do trabalho](#), a OIT produziu a nota informativa, [Impacto da COVID-19 no trabalho infantil e trabalho forçado: a resposta do Programa de Referência IPEC+](#), proporcionando um quadro inicial para a resposta do IPEC+ à crise. Os serviços prestados pelo IPEC+ farão parte de uma resposta abrangente da OIT para mitigar o impacto da COVID-19 e para um melhor processo de reconstrução após a crise.

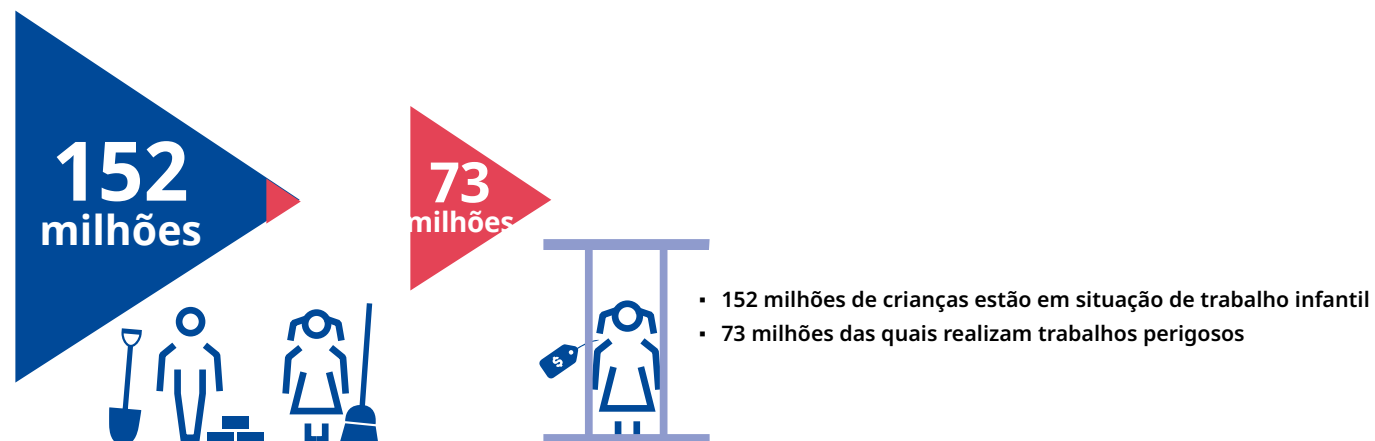
A resposta do IPEC+ situa-se no âmbito do pilar 3 «Proteger os trabalhadores nos locais de trabalho» do quadro de políticas em matéria de COVID-19 da OIT.

A nota informativa também se baseia no [Plano Global de Resposta Humanitária do Secretário-Geral das NU](#) e no [Relatório de Políticas da ONU sobre o Impacto da COVID-19 nas Crianças](#).

Com uma abordagem centrada no ser humano, o IPEC+ aborda o impacto da COVID-19 nos mais vulneráveis através das seguintes ações:

1. Alavancando a sua presença no terreno em mais de 62 países em todo o mundo e o compromisso político dos países pioneiros da *Alliance 8.7*.
2. Mobilizando redes globais e regionais, incluindo parcerias como a *Alliance 8.7*, organismos das Nações Unidas e grupos de trabalho interagências, assim como iniciativas e organizações regionais.
3. Produzindo conhecimento e dados para lançar luz sobre o impacto da COVID-19 no trabalho infantil e no trabalho forçado e outros princípios e direitos fundamentais no trabalho.
4. Investindo em soluções de monitorização sensíveis à dimensão do género, nomeadamente o reforço das inspeções do trabalho, a participação dos parceiros sociais na monitorização e estruturas de base comunitária.
5. Promovendo o diálogo social e a participação ativa das organizações de empregadores e de trabalhadores no planeamento, implementação e monitorização de medidas de recuperação e resiliência.
6. Reajustando e inovando as suas operações para enfrentar uma crise sem precedentes como a COVID-19, que confere uma urgência e uma importância renovadas à agenda central do IPEC+ a nível dos países. A inovação e a investigação, ao mesmo tempo que se baseiam em boas práticas e soluções baseadas em provas, tais como programas de transferências monetárias, serão uma prioridade. Com base no conhecimento e experiência de mais de 20 anos, o IPEC+ analisará as respostas a curto, médio e longo prazo ao impacto da COVID-19 no trabalho infantil e no trabalho forçado desde a fase inicial de encerramento até ao regresso progressivo ao trabalho.

► Atualmente, 152 milhões de crianças estão em situação de trabalho infantil

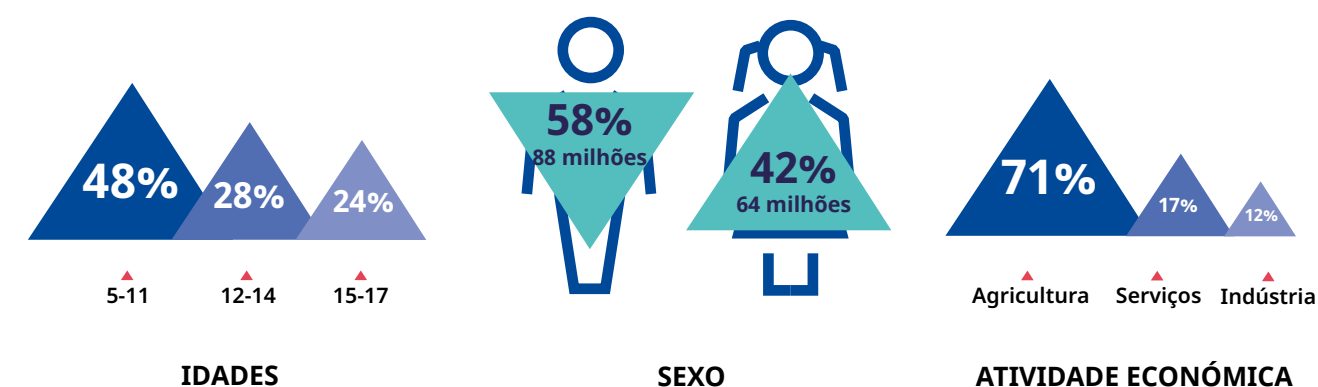


PREVALÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO INFANTIL

África	19,6%
Américas	5,3%
Estados Árabes	2,9%
Ásia e Pacífico	7,4%
Europa e Ásia Central	4,1%

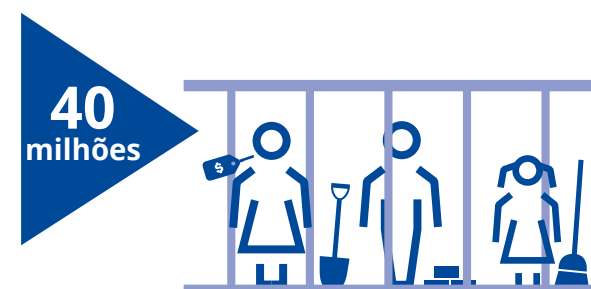


Dos 152 milhões de crianças em situação de trabalho infantil...



Fonte: OIT: *Global Estimates of Child Labour: Results and trends, 2012-2016*, Genebra, setembro de 2017.
Disponível em: www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_575499.pdf

► e 40 milhões de pessoas estão em situação de escravidão moderna, das quais 25 milhões em trabalho forçado



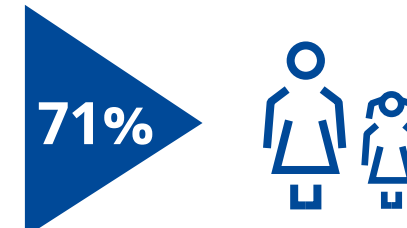
40 milhões de pessoas são vítimas de escravidão moderna, das quais:

- 25 milhões de pessoas em situação de trabalho forçado
- 15 milhões de pessoas em casamentos forçados
- 25 por cento das vítimas de trabalho forçado foram exploradas fora do seu país de origem

PREVALÊNCIA

No mundo, há:

- 5,4 vítimas de escravidão moderna por cada mil pessoas
- 5,9 adultos vítimas de escravidão moderna por cada 1000 adultos
- 4,4 crianças vítimas de escravidão moderna por cada 1000 crianças

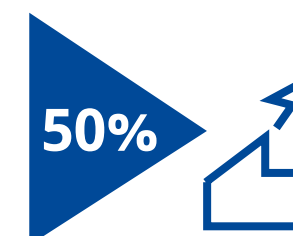


SEXO

As mulheres e as raparigas representam 71 por cento das vítimas de escravidão moderna

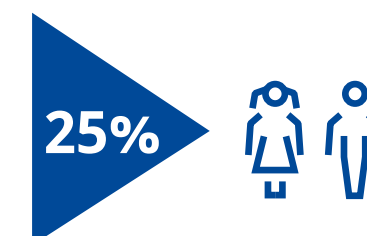
SERVIDÃO POR DÍVIDAS

A servidão por dívidas afeta metade de todas as vítimas de trabalho forçado imposto por agentes privados



CRIANÇAS

Uma em cada quatro vítimas de escravidão moderna é uma criança



Fonte: OIT e Walk Free Foundation: *Global Estimates of Modern Slavery: Forced Labour and Forced Marriage*, Genebra, setembro de 2017.
Disponível em: www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_575479.pdf

► Quem somos

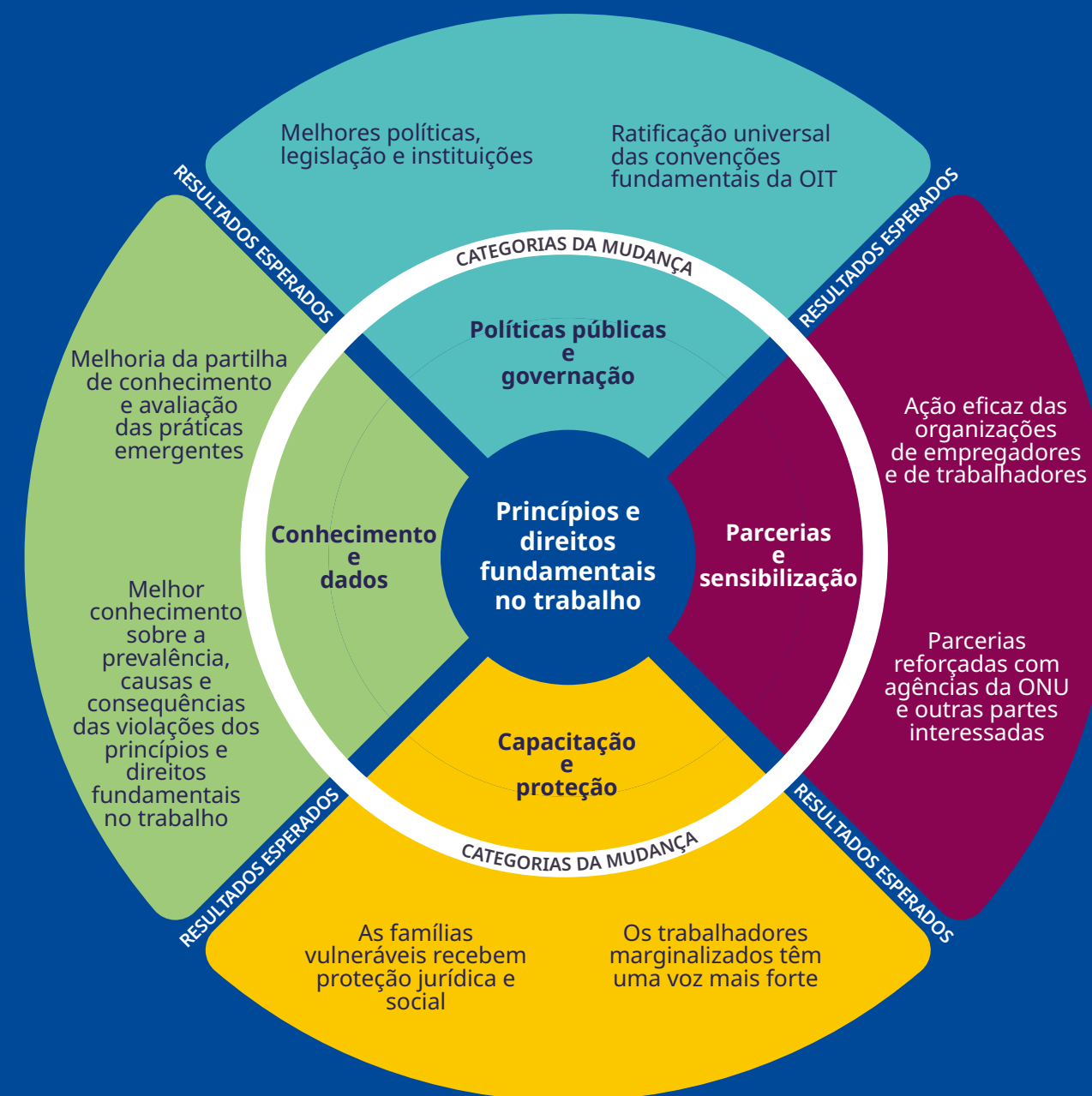
O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil e do Trabalho Forçado (IPEC+) reúne dois dos principais programas de cooperação técnica da OIT – o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) e o Programa de Ação Especial de Combate ao Trabalho Forçado (SAP/FL) – para estabelecer uma nova força importante na luta contra o trabalho infantil, o trabalho forçado e o tráfico de pessoas. Reconhece que estas formas inaceitáveis de trabalho negam aos trabalhadores os seus direitos humanos básicos no trabalho e que, ainda que a sua sobreposição afete 4,5 milhões de crianças presas em formas contemporâneas de escravidão, partilham causas profundas de uma governação deficiente, discriminação e exclusão social, pobreza nas famílias e comunidades, e a falta de acesso ao trabalho digno e aos direitos de liberdade sindical e de negociação coletiva.

O objetivo do Programa de Referência Mundial IPEC+ – em conformidade com a Meta 8.7 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelas Nações Unidas em 2015 – é proporcionar a liderança da OIT nos esforços globais para erradicar todas as formas de trabalho infantil até 2025 e todas as formas de escravidão contemporânea e de tráfico de pessoas até 2030. Visa também assegurar que todas as pessoas sejam protegidas – e possam proteger-se contra – estas violações gritantes dos direitos humanos.

O Programa de Referência Mundial IPEC+ trabalha desde a aldeia até ao palco global com os constituintes da OIT (governos, organizações de empregadores e de trabalhadores), bem como com empresas e organizações de pequenos produtores, ONG e organizações da sociedade civil, para promover a erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado e a realização de todos os direitos fundamentais no trabalho, centrando-se em:

- economias rurais e informais;
- empresas e cadeias de abastecimento mundiais;
- países em situação de crise e de fragilidade.

► O Programa de Referência Mundial IPEC+ perseguirá esses objetivos apoiando os seus constituintes nos:



► O quadro normativo da OIT sobre trabalho infantil e trabalho forçado

O Programa de Referência Mundial IPEC+ é desenvolvido sobre as bases da Meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT e dos instrumentos relativos ao trabalho infantil e ao trabalho forçado.

Convenções fundamentais do IPEC+

- **Convenção (n.º 138)** sobre a idade mínima de admissão ao emprego, de 1973, 173 ratificações
- **Convenção (n.º 182)** relativa à interdição das piores formas de trabalho das crianças, de 1999, 186 ratificações
- **Convenção (n.º 29)** sobre o trabalho forçado ou obrigatório, de 1930, 178 ratificações
- **Convenção (n.º 105)** sobre a abolição do trabalho forçado, de 1957, 175 ratificações
- **Protocolo à Convenção (n.º 29)** sobre o trabalho forçado, de 2014, 44 ratificações

(As Convenções n.º 138 e n.º 182 e a Convenção n.º 29 e o respetivo Protocolo têm recomendações de acompanhamento.)

Em conjunto, estes instrumentos proporcionam aos Estados-membros o quadro de políticas necessário para compreender e combater o trabalho infantil e o trabalho forçado. Independentemente da ratificação das Convenções e do Protocolo, todos os Estados-membros da OIT, simplesmente em virtude de serem membros, são obrigados a respeitar, promover e realizar, de boa fé, os direitos consagrados nestes instrumentos.



► O nosso impacto

Políticas públicas e governação

A OIT prestou assistência a cerca de 115 países no combate contra o trabalho infantil. Foram promulgados e implementados centenas de planos de ação, de políticas e de leis.

As organizações de empregadores e de trabalhadores e as empresas desempenharam um papel vital ao integrarem o trabalho infantil nas suas políticas, ações e práticas empresariais e ao contribuírem para a implementação de planos de ação.

Redução significativa do trabalho infantil

Os resultados foram significativos. No período de 16 anos iniciado em 2000 verificou-se uma redução líquida de 94 milhões de crianças em situação de trabalho infantil.

Prevenção, processos e sensibilização em matéria de trabalho forçado e tráfico de pessoas

A OIT também prestou apoio técnico no âmbito do trabalho forçado através de um número significativo de projetos no terreno, desenvolvendo assim formas eficazes de prevenir e instaurar processos judiciais relativos a trabalho forçado e ao tráfico de pessoas, de ajuda às vítimas, sensibilização e apoio ao desenvolvimento, ao reforço ou à implementação de novas leis, incluindo ações para promover práticas de recrutamento justas. Tal conduziu muitos governos à adoção de nova legislação e políticas que penalizam o trabalho forçado, estando a ser feitos esforços para aumentar o número de processos judiciais contra traficantes e recrutadores e empregadores sem escrúpulos que recorrem a práticas de trabalho forçado.

Conhecimento e dados

Foi também desenvolvida uma série de produtos práticos sobre trabalho infantil e trabalho forçado, incluindo manuais e ferramentas de formação para empresas, legisladores, juizes e inspetores do trabalho, e módulos de *e-learning* para aplicação da lei no que se refere à identificação e investigação de casos de trabalho forçado. Em 2002, 2006, 2010, 2013 e 2017, a OIT produziu estimativas globais sobre trabalho infantil e em 2012 e 2017, estimativas globais sobre trabalho forçado e escravidão moderna. Através deste processo, a OIT desenvolveu e implementou uma metodologia que utiliza indicadores para medir o trabalho infantil e o trabalho forçado a nível nacional. E em 2019 publicou os *General Principles and Operational Guidelines on Fair Recruitment and Definitions of Recruitment Fees and Related Costs*.

► Parcerias

Um forte envolvimento de todos os atores relevantes assegurará que os seus respetivos constituintes façam valer o seu peso na prossecução dos princípios e direitos fundamentais no trabalho. Este esforço começa com e dá primazia aos atores económicos – organizações de trabalhadores e de empregadores, empresas e autoridades públicas – e deve abranger mais amplamente os parceiros que apoiam os objetivos da OIT.

Alliance 8.7

A *Alliance 8.7* é uma parceria global inclusiva empenhada em atingir a Meta 8.7 dos ODS: «Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo o recrutamento e a utilização de crianças-soldado e, até 2025, acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.»

A *Alliance 8.7* integra atualmente mais de 250 organizações parceiras, incluindo instituições governamentais, agências das NU, organizações da sociedade civil, organizações de trabalhadores e de empregadores, instituições académicas e redes de sobreviventes, todas reconhecendo a necessidade urgente de acelerar a ação para atingir a Meta 8.7 dos ODS e todas possuindo conhecimentos específicos para partilhar. Não obstante muitos países e organizações estejam a tomar medidas ativas para alcançar a Meta 8.7 dos ODS, há uma necessidade urgente de uma ação global coordenada. A *Alliance 8.7* reúne atores a todos os níveis para colaborar, definir estratégias, partilhar conhecimento e, em última análise, acelerar o progresso para que possamos cumprir este compromisso até 2030. A força da *Alliance 8.7* reside na diversidade dos seus parceiros e no seu compromisso para atravessar fronteiras e enfrentar os desafios em conjunto. A OIT funciona atualmente como Secretariado da *Alliance 8.7*.

Visando atingir os prazos ambiciosos da Meta 8.7 dos ODS, é necessário um esforço global para alinhar as estratégias nacionais, preencher as lacunas em termos de dados e alavancar recursos para melhor apoiar os governos na condução da inovação internamente. As organizações parceiras da *Alliance 8.7* juntaram-se para colaborar através de quatro grupos temáticos de ação centrados nas cadeias de abastecimento, na migração, no Estado de direito e em cenários de conflito e humanitários. Estes Grupos de Ação refletem as prioridades temáticas da *Alliance 8.7* e reúnem organizações e iniciativas que trabalham nestas áreas para maximizar o impacto. Através dos Grupos de Ação, os parceiros coordenam a investigação e a promoção e conduzem esforços de implementação sobre estas questões urgentes.

Uma parte integrante da *Alliance 8.7* é a estratégia do país pioneiro, através da qual os governos se comprometem a fazer mais a nível nacional, liderando o caminho para encontrar soluções inovadoras para estas questões complexas que podem ser testadas, medidas e partilhadas com outros países que enfrentam desafios semelhantes. Já se apresentou um número promissor de países como países pioneiros da *Alliance 8.7*, tendo estes reunido com sucesso um vasto leque de partes interessadas para desenvolver planos de ação nacionais com prioridades, orçamentos e indicadores de progresso específicos. Estes países apresentam os seus objetivos, atualizações sobre as medidas tomadas e os progressos através de diferentes plataformas de comunicação da *Alliance 8.7*, a fim de incentivar outros países a tomar medidas para impulsionar a colaboração necessária e finalmente acabar com o trabalho infantil e a escravidão moderna.

► Países pioneiros da *Alliance 8.7*

Quais são os países pioneiros?

Os países pioneiros são os que se comprometem a ir mais longe e mais rapidamente para atingir a Meta 8.7 dos ODS. Estão empenhados em acelerar os seus esforços com novas ações e dispostos a tentar novas abordagens a partir das quais outros países possam aprender a apoiar os prazos urgentes da Meta 8.7 dos ODS. Todos os Estados-membros da ONU se comprometeram a fazer mais e o estatuto de pioneiro está aberto a qualquer país, independentemente do nível de desenvolvimento. Os países pioneiros comprometem-se a empreender novas ações para:

- adotar, implementar ou melhorar planos de ação ou políticas nacionais, nomeadamente quadros jurídicos e mecanismos de aplicação reforçados, abrangendo os tópicos consagrados na Meta 8.7 dos ODS, conforme relevante: trabalho forçado, escravidão moderna, tráfico de pessoas e trabalho infantil. Os planos de ação ou políticas nacionais devem ser adotados/implementados em consulta com os parceiros sociais a nível nacional;
- traduzir os compromissos públicos em ações concretas;
- prestar o apoio necessário para facilitar uma ação acelerada noutro país;
- promover e trabalhar para a ratificação e plena implementação das normas e obrigações internacionais reconhecidas em matéria de direitos humanos, incluindo as normas internacionais de trabalho aplicáveis.

Quais são as oportunidades para um país pioneiro?

A participação na *Alliance 8.7* como país pioneiro é uma oportunidade para:

- obter desenvolvimento e benefícios económicos que advêm da redução do trabalho forçado, da escravidão moderna, do tráfico de pessoas e do trabalho infantil;
- aproveitar novos recursos através do poder de atração de uma vontade demonstrada de agir;
- alavancar os benefícios em termos de reputação decorrentes da implementação das normas internacionais aplicáveis e de ser um líder no terreno;
- apresentar os progressos e as intervenções bem-sucedidas e servir de catalisador para uma mudança mais ampla;
- beneficiar do acesso ao conhecimento e à especialização;
- beneficiar de apoio técnico para a preparação dos relatórios no âmbito do Relatório Voluntário Nacional relativo aos ODS.

Quais são as implicações de se tornar um país pioneiro?

Os países pioneiros têm várias opções para transformar os compromissos em ações no terreno:

- desenvolver um roteiro para atingir a Meta 8.7 dos ODS com todos os parceiros interessados da *Alliance 8.7* a nível nacional, com ações mensuráveis para atingir prazos acelerados;
- apresentar um relatório numa perspetiva dos indicadores acordados para apresentar os progressos e conferir visibilidade aos países que alcançam o sucesso. Os países pioneiros também recolherão dados para medir resultados e disponibilizá-los à Plataforma de Conhecimento da *Alliance 8.7*, de modo que os esforços de todos os lados sejam continuamente melhorados e as lições aprendidas sejam partilhadas tão amplamente quanto possível;
- apoiar a *Alliance 8.7* fora do contexto do seu próprio país para o qual existe uma gama de opções, incluindo através de:
 - ▷ prestação de apoio político aos esforços a nível sub-regional, regional e mundial, por exemplo, patrocinando, convocando ou presidindo a iniciativas e eventos para acelerar a ação;
 - ▷ alargamento ou testagem de abordagens inovadoras a diversas partes interessadas em países e setores através da prestação de apoio financeiro e/ou técnico;

- contribuição para a Plataforma de Conhecimento da *Alliance 8.7* para que outros países possam recorrer a esta para melhorar os resultados;
- participação num ou mais Grupos de Ação da *Alliance 8.7*, prestando apoio técnico e/ou financeiro.

Iniciativa Regional da América Latina e Caraíbas livres de Trabalho Infantil

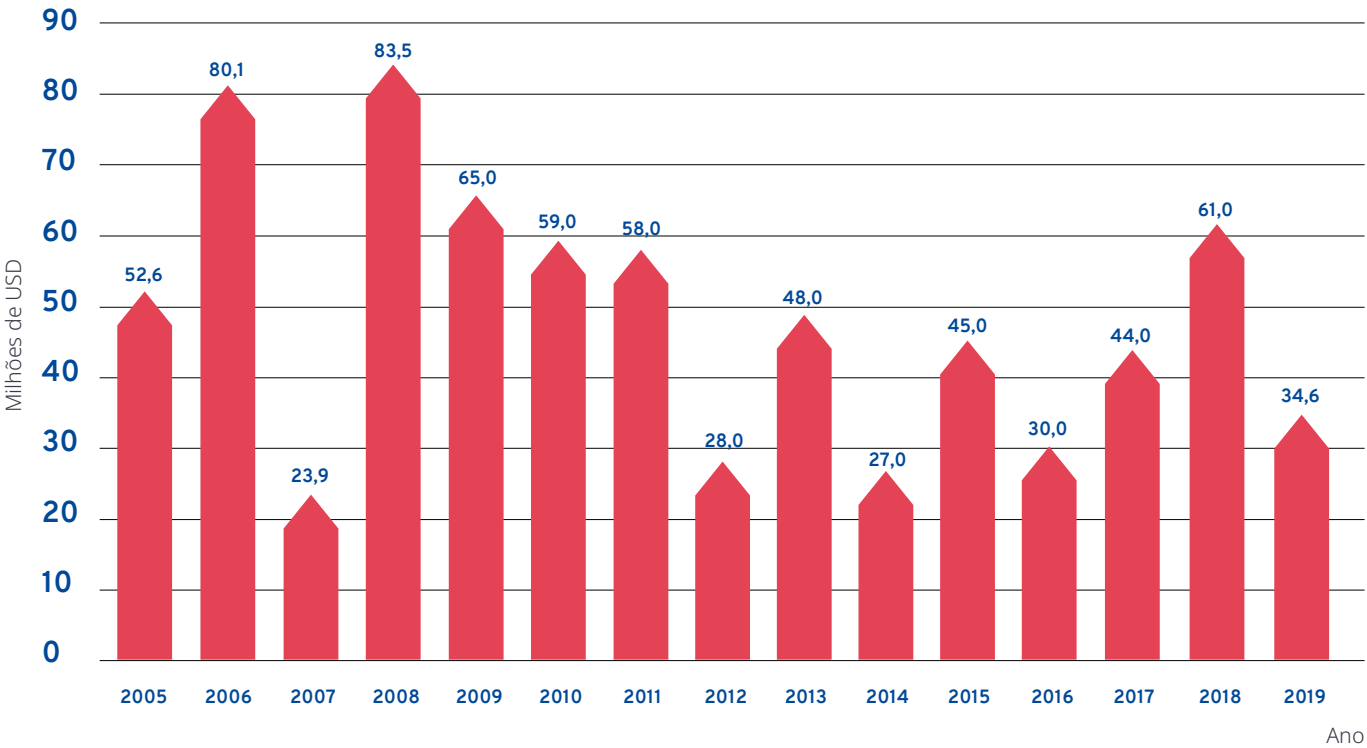
A Iniciativa Regional é uma plataforma de cooperação intergovernamental, com 30 países-membros e com a participação ativa de organizações de empregadores e de trabalhadores, que visa acelerar a erradicação do trabalho infantil para declarar a América Latina e as Caraíbas livres de trabalho infantil em 2025. Em 2014, durante a 18.ª Reunião Regional das Américas da OIT (Lima, Peru), foi assinada a Declaração sobre o Estabelecimento da Iniciativa Regional. O âmbito da Iniciativa Regional abrange o período de 2014-2025, em consonância com a Meta 8.7 dos ODS. Os principais resultados da Iniciativa Regional são:

1. O objetivo de erradicação do trabalho infantil manteve-se uma prioridade política, refletida numa redução geral de 17 por cento do trabalho infantil e de 35 por cento do trabalho infantil perigoso entre 2012 e 2016.
2. A cooperação Sul-Sul e triangular foi reforçada, demonstrando que a região e os parceiros sociais têm a capacidade, conhecimento e experiência para acelerar a taxa de erradicação do trabalho infantil e atingir a Meta 8.7 dos ODS em 2025.
3. Os países das Caraíbas de língua inglesa foram integrados na Iniciativa Regional, tendo sido reforçada uma voz e uma visão coletiva regional contra o trabalho infantil.
4. O Modelo de Identificação de Risco de Trabalho Infantil (implementado na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Jamaica, México e Peru) foi criado em conjunto com a Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas das Nações Unidas para prevenir o trabalho infantil em territórios e setores produtivos vulneráveis, com base no fornecimento de serviços públicos e na promoção de parcerias público-privadas.
5. Foi conseguida uma abordagem de trabalho adaptada aos princípios da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: centrada nas pessoas, de modo a não deixar nenhum país para trás e baseada em alianças, inovação e cooperação mútua.



► Financiar o IPEC+: Utilizar estrategicamente os recursos para alcançar o nosso objetivo

► Evolução das aprovações de projetos relativos ao trabalho infantil e trabalho forçado, 2005-2019



O cumprimento dos objetivos do IPEC+ e da Meta 8.7 dos ODS exige uma aceleração significativa dos progressos passados visando a eliminação de todas as formas de trabalho infantil até 2025 e a erradicação do trabalho forçado, da escravidão moderna e do tráfico de pessoas até 2030.

A forte vontade política, políticas mais bem concebidas e integradas e uma ação mais concertada já conduziram a uma aceleração acentuada do progresso contra o trabalho infantil, sobretudo a partir de 2008-2012. Mas o ritmo da mudança deve ser ainda mais rápido para que a comunidade mundial possa estar à altura destes compromissos.

A OIT terá de angariar recursos adicionais para cumprir o seu papel técnico e de liderança nestes esforços.

► Redes empresariais

Plataforma sobre o Trabalho Infantil

A Plataforma sobre o Trabalho Infantil (CLP) é a principal iniciativa empresarial para erradicar o trabalho infantil das cadeias de abastecimento. Fornece soluções concretas a compradores, proprietários de fábricas e fornecedores, apoiando as empresas membros através de um processo abrangente de devida diligência (*due diligence*) entre os diferentes níveis. Tal inclui apoio para a integração de políticas sólidas e de boas práticas empresariais, medição do impacto e abordagem das causas profundas através de um diálogo local e mundial significativo com governos, organizações de empregadores e de trabalhadores e outras partes interessadas.

A Plataforma é copresidida pela Organização Internacional de Empregadores e pela Confederação Sindical Internacional, com afiliados em 150 e 156 países, respetivamente. Com a Organização Internacional do Trabalho na qualidade de Secretariado, a Plataforma beneficia dos seus conhecimentos especializados no âmbito das normas internacionais do trabalho e de uma rede mundial de governos, organizações de empregadores e de trabalhadores ativa em 187 Estados-membros.

A OIT também contribui com informações de difícil acesso sobre as tendências emergentes em matéria de trabalho infantil e trabalho digno, permitindo às empresas antecipar e adaptar-se às circunstâncias em rápida evolução nos países fornecedores, tais como o impacto da COVID-19 no trabalho infantil. A Plataforma também oferece às empresas a oportunidade de conceder uma contribuição prática à Meta 8.7 dos ODS através da sua ligação direta e coordenação com a *Alliance* 8.7.

Em 2020, a Plataforma inclui empresas dos setores automóvel, da cosmética, alimentar e das bebidas, telecomunicações, comércio e indústria extrativa. Durante o mesmo período, a Plataforma iniciou consultas sobre os esforços intersectoriais para a eliminação do trabalho infantil nas cadeias de abastecimento da Índia, Marrocos e México. Outros países serão incluídos para iniciativas-piloto em 2021. Obtenha mais informações em www.childlabourplatform.org.

Rede Mundial de Empresas sobre Trabalho Forçado

A Rede Mundial de Empresas sobre Trabalho Forçado (GBNFL) da OIT reúne a OIT com empresas de todas as dimensões e setores, e as suas redes, de todo o mundo, para erradicar o trabalho forçado.

Operando em todos os setores e regiões geográficas, os membros da GBNFL da OIT trabalham para envolver as empresas mais pequenas, desenvolver recursos e ferramentas acionáveis e conceber soluções locais que ajudem a moldar os quadros nacionais para criar mudanças duradouras. A rede está alinhada com, e contribui para outras iniciativas internacionais relevantes, particularmente para a *Alliance* 8.7.

Principais domínios de intervenção:

- **Ligar:** Acabar com a fragmentação ligando os atores empresariais de todos os setores e geografias para erradicar o trabalho forçado.
- **Convocar:** Apoiar as empresas para se envolverem com outras partes interessadas relevantes, incluindo organismos governamentais, para encontrar soluções sustentáveis para as causas estruturais do trabalho forçado.
- **Inovar:** Criar espaços onde os membros identifiquem lacunas, desenvolvam novas formas de combater o trabalho forçado e concebam métodos para intensificar soluções.
- **Apoiar:** Partilhar dados, informações e recursos claros para ajudar empresas com muita atividade a tomar medidas para combater o trabalho forçado.

Desde a abertura à adesão em junho de 2018, a GBNFL da OIT tem-se centrado no desenvolvimento de recursos para os membros, no desenvolvimento de competências das pequenas empresas e na convocação de empresas e redes empresariais para trabalharem coletivamente na erradicação do trabalho forçado. Obtenha mais informações em flbusiness.network.

► Projetos IPEC+: Envolvimento das organizações de trabalhadores e de empregadores

O diálogo social e o tripartismo são primordiais para erradicar o trabalho infantil e o trabalho forçado. Os parceiros sociais desempenham sempre um papel ativo neste esforço, mediante, entre outras coisas, a promoção, campanhas de sensibilização, atividades de desenvolvimento de competências e a monitorização de ações. Exemplos de todo o mundo mostram como o seu empenho e intervenção foram fundamentais para alcançar os resultados dos projetos, avançando assim para a erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado.

- A Iniciativa Regional da América Latina e Caraíbas livres de Trabalho Infantil é uma plataforma de cooperação tripartida comprometida em alcançar a Meta 8.7 dos ODS na região, com mais de 30 países membros e 14 representantes de organizações de empregadores e de trabalhadores. Esta rede partilha conhecimentos, articula esforços e coordena ações para a erradicação do trabalho infantil, num quadro de diálogo social que favorece a tomada de decisões através de consenso. No contexto da COVID-19, esta rede também tem sido fundamental na monitorização da situação do trabalho infantil nos países membros e na adaptação dos recursos de conhecimento existentes ao contexto de crise e resiliência.
- No Brasil, as organizações de trabalhadores rurais estão a apoiar a coordenação e implementação de um projeto para proteger as comunidades da exploração laboral, nomeadamente do trabalho forçado e do trabalho infantil. As organizações de empregadores prestam apoio financeiro e assistência técnica com o apoio de uma universidade local. A formação em tecnologias e práticas agrícolas para melhorar a produção da terra aumentou significativamente o rendimento das famílias-alvo.
- No Haiti, os parceiros sociais estão a participar ativamente num projeto de combate ao trabalho infantil no trabalho doméstico. As organizações de empregadores e de trabalhadores fazem parte de uma Comissão Tripartida para rever o código do trabalho em conformidade com as Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT. Participam, também, na revisão da lista de trabalhos perigosos para crianças e na promoção das Convenções relevantes da OIT entre os seus membros, estando igualmente envolvidos em campanhas para promover a ratificação da Convenção (n.º 189) relativa ao Trabalho Digno para as Trabalhadoras e os Trabalhadores do Serviço Doméstico. Os empregadores lançaram uma Rede de Empregadores contra o Trabalho Infantil.
- Nas Honduras, as organizações de empregadores têm um papel crucial no projeto «Combater o trabalho infantil na cadeia de abastecimento de café». O Conselho Empresarial Privado das Honduras (COHEP) e o Instituto Hondurenho de Café (IHCAFE) participaram na conceção do projeto e estão a implementá-lo ativamente. Tal inclui a adaptação de um sistema de conformidade social para a prevenção e erradicação do trabalho infantil, bem como atividades no terreno para a promoção de melhores condições de trabalho na cadeia de abastecimento de café.
- Em Madagáscar, os sindicatos da região de Sava receberam formação sobre os direitos das crianças, trabalho infantil e princípios e direitos fundamentais no trabalho. Constituiu uma oportunidade para os sindicalistas criarem a federação de sindicatos na região de Sava e, subsequentemente, realizarem atividades de sensibilização dirigidas aos seus membros sobre a luta contra o trabalho infantil no setor da baunilha.
- Em Mianmar, a Federação de Agricultura e Agricultores de Mianmar (AFFM) e a União Internacional de Alimentação, Agricultura, Hotelaria e Restauração (IUF) foram apoiadas pelo projeto *MyPEC* da OIT relativo à eliminação do trabalho infantil no país, através da promoção, do desenvolvimento de competências e da prestação de apoio financeiro. A AFFM-IUF organizou várias atividades de formação para pais de adolescentes em idade ativa legal ou de crianças vulneráveis em risco ou que abandonaram o trabalho infantil. Estas formações permitiram às famílias iniciar os seus próprios negócios ou encontrar melhores alternativas de emprego, em lugar de migrarem como geralmente fazem durante o verão para trabalharem em projetos de construção de estradas no país.
- No Bangladesh, na Índia e no Nepal, no âmbito do projeto da OIT Trabalhar em Liberdade, os trabalhadores têm um papel catalisador e central na transformação das comunidades, informando e mobilizando os trabalhadores para questões relacionadas com a migração segura das mulheres. Os trabalhadores da comunidade também desempenham um papel significativo na promoção dos direitos e da liderança das mulheres, no combate à violência contra as mulheres e na melhoria das condições das mulheres e raparigas a nível das comunidades.

Obtenha mais informações em www.ilo.org/ipec-plus.

- Argentina
- Baamas
- Bolívia
- Brasil
- Chile
- Colômbia
- Costa Rica
- Guatemala
- Guiana
- Haíti
- Honduras
- Jamaica
- México
- Panamá
- Paraguai
- Peru
- República Dominicana
- Suriname

Arábia Saudita
Catar
Iémen
Iraque
Jordânia
Líbano
Omã
Síria

Afeganistão
Bangladeche
Fiji
Filipinas
Índia
Indonésia
Laos, RDP do
Malásia
Mongólia
Mianmar
Nepal
Paquistão
Sri Lanca
Tailândia
Timor-Leste
Vietname

Kosovo*
Montenegro
Quirguistão
Sérvia
Turquia
Usbequistão

O IPEC+ está a operar em 66 países



► O IPEC+ está atualmente a trabalhar em 66 países com governos, parceiros sociais e uma variedade de atores para promover a erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado

► Afeganistão

Apoio da implementação do Plano Nacional de Ação sobre Trabalho Infantil, incluindo as suas piores formas, adotado em 2018.

► Arábia Saudita (Reino da)

Assistência técnica e apoio, bem como o desenvolvimento de competências para apoiar o plano Visão 2030 do Reino da Arábia Saudita. Tal inclui a avaliação da situação atual no âmbito do trabalho infantil no país e o desenvolvimento de estratégias e ações para a eliminação do trabalho infantil.

► Argentina

Desenvolvimento de mapas locais de vulnerabilidade ao trabalho infantil a nível municipal através da aplicação do Modelo de Identificação de Risco de Trabalho Infantil. Combate ao trabalho infantil no setor agrícola, produzindo informações e reforçando a capacidade das partes interessadas no setor. Aumento do impacto da investigação para mobilizar esforços contra o trabalho forçado no setor do vestuário.

► Baamas

Desenvolvimento de competências e formação em inspeção do trabalho infantil para os funcionários do Ministério do Trabalho. Apoio técnico e aconselhamento ao Ministério e à Comissão Nacional Tripartida na tomada de medidas para o desenvolvimento de uma Política Nacional de Trabalho Infantil (2019-2020).

► Bangladesh

Desenvolvimento da capacidade institucional das partes interessadas nacionais, e apoio à implementação da Política Nacional de Eliminação do Trabalho Infantil 2010 e do Plano Nacional de Ação (2012-2016), tendo em vista a eliminação do trabalho infantil perigoso até 2021 e de todas as formas de trabalho infantil até 2025.

► Bolívia

Reforço das estratégias de prevenção do trabalho infantil e de proteção do trabalho adolescente permitido através do cumprimento da legislação laboral e do desenvolvimento de um Plano Nacional de Ação.

► Brasil

Criação de um Observatório Digital do Trabalho Infantil e Forçado com informações sobre os 5570 municípios para contribuir para a implementação de políticas públicas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado. Desenvolvimento de um sistema de monitorização e assistência técnica para o governo com o objetivo de monitorizar o Plano Nacional de Ação sobre Trabalho Forçado.

► Burquina Faso

Desenvolvimento das capacidades das partes interessadas nacionais e locais ao longo das cadeias de valor do algodão, têxteis e vestuário, para combater o trabalho

infantil e o trabalho forçado através de um quadro legal e regulamentar reforçado, uma maior sensibilização e de ações dos produtores de algodão, empresas de descaroçamento de algodão e autoridades locais, bem como abordagens inovadoras para atrair crianças em situação de abandono escolar para a escola nas áreas de produção de algodão.

► Catar

Implementação de um pilar dedicado ao trabalho forçado e ao tráfico de pessoas, como parte do primeiro programa de cooperação técnica em questões relacionadas com o trabalho.

► Chile

Desenvolvimento de mapas locais de vulnerabilidade ao trabalho infantil a nível municipal relativos a cada uma das 16 regiões através da aplicação do Modelo de Identificação de Risco de Trabalho Infantil. Conceção de um segundo Inquérito Nacional sobre Trabalho Infantil. Implementação da Estratégia de Trabalho Infantil «Crecer Felices» com constituintes tripartidos e a sociedade civil. O Chile é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Colômbia

Desenvolvimento de mapas locais de vulnerabilidade ao trabalho infantil para cada um dos 23 departamentos a nível municipal através da aplicação do Modelo de Identificação de Risco de Trabalho Infantil.

► Costa Rica

Desenvolvimento de uma estratégia piloto local na província de Limon.

► Costa do Marfim

Desenvolvimento das competências dos constituintes para melhor contribuírem para os esforços nacionais de combate ao trabalho infantil. Promoção do acesso a mecanismos de proteção social, incluindo a cobertura universal dos cuidados de saúde, para reduzir a vulnerabilidade dos agregados familiares. Desenvolvimento de soluções inovadoras a nível local para lutar contra as causas profundas do trabalho infantil. Contribuição para a implementação do Plano Nacional de Ação de Combate ao Trabalho Infantil.

► Egito

Reforço da capacidade dos constituintes para combater o trabalho infantil e concessão de apoio na implementação do Plano Nacional de Ação de Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil no Egito e Apoio à Família (2018-2025). Contribuir especificamente para a eliminação do trabalho infantil na cadeia de abastecimento de algodão.

► Fiji

Apoio ao desenvolvimento e à implementação de uma Política Nacional e de um Plano Nacional de Ação para Eliminar o Trabalho Infantil e as suas piores formas,

através da revisão da legislação e da sensibilização. Realização de uma investigação sobre trabalho infantil, trabalho forçado e tráfico de pessoas. Apoio à criação do *Pacific Pathfinder Resource Hub* para testar sistemas inovadores de inspeção do trabalho, investigação e gestão de dados, políticas e programas para erradicar o trabalho infantil, o trabalho forçado, a escravidão moderna e o tráfico de pessoas. O Fiji é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Filipinas

Desenvolvimento de competências das partes interessadas locais, nacionais e inter-regionais para reduzir o trabalho infantil e melhorar as condições de trabalho nas operações da indústria extrativa de ouro artesanal de pequena escala a nível legislativo e político, na cadeia de abastecimento, bem como nas comunidades mineiras rurais. Estabelecimento de corredores de recrutamento justos para o Catar e a RAE de Hong Kong, visando reduzir as vulnerabilidades ao trabalho forçado. Desenvolver trabalho com as principais partes interessadas para assegurar que as práticas de recrutamento justas são efetivamente implementadas.

► Gana

Reforço da capacidade das partes interessadas nacionais e locais para reduzir o trabalho infantil e melhorar as condições de trabalho na indústria extrativa de ouro artesanal de pequena escala (ASGM), através do reforço da aplicação da legislação e políticas sobre ASGM, facilitando o acesso das populações vulneráveis que trabalham em ASGM aos serviços sociais e estabelecendo sistemas de monitorização nas cadeias de abastecimento de ASGM. O Gana é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Guatemala

Desenvolvimento de mapas locais de vulnerabilidade ao trabalho infantil a nível municipal para cada um dos 22 departamentos através da aplicação do Modelo de Identificação de Risco de Trabalho Infantil. A Guatemala é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Guiana

Desenvolvimento de competências dos funcionários do Departamento do Trabalho, Segurança e Saúde no Trabalho (Ministério da Proteção Social) para a inspeção do trabalho infantil, incluindo o desenvolvimento de um currículo de formação específico do país, manuais, avaliação e outros recursos organizacionais para replicação da formação nacional. Apoio ao lançamento e divulgação da Política Nacional de Trabalho Infantil, apoio à formação a nível nacional em matéria de inspeção do trabalho infantil.

► Haiti

Ações visando a adoção do Plano Nacional de Ação sobre Trabalho Infantil e da lista de trabalho infantil perigoso, tais como a capacitação de 70 jovens rapazes e raparigas que tomaram a iniciativa de elaborar a sua própria lista de trabalho infantil perigoso e defenderam a sua validação junto do Ministro do Trabalho e Assuntos Sociais.

► Honduras

Implementação de uma estratégia de prevenção e erradicação do trabalho infantil na cadeia de abastecimento de café em conjunto com a organização de empregadores e o Instituto Nacional do Café das Honduras. As Honduras são um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Iémen

Prevenção do recrutamento de crianças e de jovens em conflitos armados e reintegração de crianças anteriormente associadas aos conflitos nas províncias de Sana'a, Hajjah e Lahj do Iémen, visando contribuir para a estabilização e segurança. Melhorar o acesso a

serviços e instalações tendo em vista a integração social e económica. As crianças anteriormente associadas a forças armadas e grupos armados e outras crianças em risco de recrutamento e com idade superior à idade ativa mínima serão reintegradas através do acesso a competências de empregabilidade para melhorar o acesso a empregos com condições de trabalho e salários dignos.

► Índia

Reforço da capacidade institucional para implementar o Projeto Nacional de Trabalho Infantil, através de planos de ação e investigação estatais, inquéritos e mapeamento dos estudos e ferramentas no âmbito do trabalho infantil. Promoção dos princípios e direitos fundamentais no trabalho em cadeias de abastecimento de algodão. Abordagem integrada para reduzir a vulnerabilidade ao tráfico de mulheres e raparigas nos países de origem do Sul da Ásia (Bangladeche, Índia e Nepal) e em países de destino selecionados (Índia, Jordânia e Líbano) e melhoria dos regulamentos e práticas de recrutamento com o Ministério do Trabalho e do Emprego, sindicatos e agências de recrutamento.

► Indonésia

Reforço da capacidade institucional a nível nacional e local para desenvolver e implementar o Plano Nacional de Ação para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil 2002, que foi transformado num «Roteiro para a Indonésia Livre de Trabalho Infantil até 2022». Implementação de programas para melhorar a base de conhecimento e promover a consciencialização sobre o trabalho infantil.

► Iraque

Em parceria e com o financiamento do Programa Europeu de Proteção e Desenvolvimento Regional (RDPP), a OIT implementará atividades destinadas a visar as piores formas de trabalho infantil entre as pessoas deslocadas internamente, refugiados e comunidades de acolhimento vulneráveis no Iraque.

► Jamaica

Desenvolvimento de competências no seio do Ministério do Trabalho e Segurança Social através de formação de formadores para a inspeção do trabalho infantil e o desenvolvimento de programas de formação específicos do país, manuais, avaliação e outros recursos organizacionais para utilização à escala nacional. Implementação do Modelo de Identificação de Risco de Trabalho Infantil.

► Jordânia

Implementação do Quadro Nacional relativo à Eliminação do Trabalho Infantil a nível municipal, centrado nos refugiados sírios e nas comunidades de acolhimento e reunindo os atores do governo e da sociedade civil para trabalharem em conjunto na luta contra o trabalho infantil. Estratégia centrada na promoção de medidas de prevenção de formas inaceitáveis de trabalho, tanto para os refugiados sírios como para as comunidades de acolhimento. Trabalho com sindicatos, fábricas e marcas internacionais do setor do vestuário para reforçar os direitos dos trabalhadores migrantes e assegurar a implementação de práticas de recrutamento justas.

► Kosovo*

Apoio à implementação do Plano de Ação 2019-2021 relativo à Estratégia sobre os Direitos da Criança 2019-2023. Centra-se na melhoria da monitorização da prevalência do trabalho infantil, do papel da proteção social e da educação na prevenção e proteção das crianças contra o trabalho infantil e na melhoria da aplicação da legislação e políticas relativas ao trabalho infantil.

* Como definido na Resolução n.º 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 1999.

► Laos, RDP do

Apoio para a análise e revisão do Plano Nacional de Ação sobre Trabalho Infantil.

► Líbano

Realização de iniciativas artísticas e culturais para sensibilizar e promover a luta contra o trabalho infantil; lançamento do Coro Nacional contra o Trabalho Infantil. Estratégia centrada na promoção de medidas de prevenção de formas inaceitáveis de trabalho, tanto para os refugiados sírios como para as comunidades de acolhimento.

► Madagáscar 🌍

Reduzir a prevalência do trabalho infantil nas áreas de cultivo de baunilha na região de Sava. Madagáscar é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Maláui 🌍

Redução do trabalho infantil e dos défices de trabalho digno através de melhorias na educação, autonomização económica e mobilização social das comunidades produtoras de tabaco e através de um quadro regulamentar melhorado, desenvolvimento de competências e promoção do diálogo social entre as organizações de trabalhadores, empregadores e agricultores. O Maláui é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Malásia

Reforço da sensibilização no que respeita o Protocolo à Convenção sobre o trabalho forçado (P29) e a Recomendação n.º 203 e fortalecimento da capacidade governamental para regular os procedimentos de recrutamento e as taxas para reduzir as vulnerabilidades do trabalho forçado. Desenvolvimento de Planos Nacionais de Ação sobre trabalho infantil e trabalho forçado.

► Mali

Desenvolvimento das capacidades das partes interessadas nacionais e locais ao longo das cadeias de valor do algodão, têxteis e vestuário, para combater o trabalho infantil e o trabalho forçado através de um quadro legal e regulamentar reforçado, uma maior sensibilização e de ações dos produtores de algodão, empresas de descaroçamento de algodão e autoridades locais, bem como abordagens inovadoras para atrair crianças em situação de abandono escolar para a escola nas áreas de produção de algodão.

► Marrocos 🌍

Sensibilização sobre a componente relativa às crianças da Lei 19-12 sobre trabalho doméstico e mobilização social para a luta contra o trabalho doméstico infantil. Reforço da capacidade nacional de intervenção e coordenação contra o trabalho doméstico infantil. Assistência técnica para reforçar a proteção e a prevenção contra o trabalho infantil doméstico. Marrocos é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Mauritània 🌍

Apoio à implementação da Lei 2015-31 sobre a criminalização da escravidão e a punição das práticas de escravidão. Proporcionar proteção e procedimentos de recurso às vítimas identificadas através do reforço das instituições, organizações de empregadores e de trabalhadores e da sociedade civil. Criação de uma plataforma multimédia digital sobre trabalho infantil. A Mauritània é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Maurícia

Aumento do impacto da investigação para mobilizar esforços contra o trabalho forçado no setor do vestuário.

► México 🌍

Implementação da fase de acompanhamento com base nos resultados dos mapas de risco de trabalho infantil para a conceção da política de prevenção local a nível municipal

em Tuxtla Gutierrez, no estado de Chiapas. Implementação de um inquérito nacional sobre trabalho infantil. O México é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Mongólia

Desenvolvimento de competências em matéria de trabalho forçado e trabalho infantil. Apoio a uma análise de lacunas para o Protocolo à Convenção sobre o trabalho forçado (P29).

► Montenegro

Avaliação do atual quadro jurídico sobre trabalho infantil no país; desenvolvimento e adoção da lista de profissões perigosas para crianças; desenvolvimento de competências dos envolvidos na identificação, encaminhamento e combate ao trabalho infantil e dos que oferecem serviços de apoio às pessoas afetadas pelo trabalho infantil; e preparação do Roteiro para a Eliminação do Trabalho Infantil no país.

► Mianmar

Reforço da capacidade e apoio ao país para desenvolver e implementar um Plano Nacional de Ação para a Eliminação do Trabalho Infantil e do Trabalho Perigoso e trabalhar para a ratificação da Convenção n.º 138 sobre a idade mínima. Apoiar o país a desenvolver um Mecanismo Nacional de Queixas sobre trabalho forçado.

► Nepal 🌍

Apoio no desenvolvimento de uma nova Lei do Trabalho de 2017 que defina o trabalho forçado como uma infração penal e inclua disposições para proteger as vítimas, bem como para punir os infratores. Elaboração do segundo Plano Diretor Nacional sobre Trabalho Infantil (2018-2028). Estabelecer corredores de recrutamento justos para o Catar e a Jordânia, visando reduzir as vulnerabilidades ao trabalho forçado. Reforçar a capacidade das agências de emprego privadas e de outros atores para implementar práticas de recrutamento justas. O Nepal é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Níger

Reforçar a comunicação em torno das iniciativas de luta contra a escravidão tradicional através dos meios de comunicação e da academia.

► Nigéria 🌍

Apoio ao Inquérito Nacional sobre Trabalho Infantil e desenvolvimento de um novo Plano Nacional de Ação sobre a Eliminação do Trabalho Infantil de modo a abranger as cadeias de abastecimento globais. Integração de disposições relativas ao trabalho infantil nos quadros jurídicos do Ministério das Minas e do Desenvolvimento do Aço e do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. Reforçar um mecanismo de monitorização do trabalho infantil a nível dos estados e da comunidade. Desenvolvimento de competências da equipa da Unidade Nacional do Trabalho Infantil, do balcão de trabalho infantil dos Ministérios das Minas e do Desenvolvimento do Aço e da Agricultura e Desenvolvimento Rural. A Nigéria é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Omã

Recrutamento justo e trabalho digno para as trabalhadoras migrantes. Melhoria da governação do trabalho em conformidade com as normas internacionais do trabalho, com uma particular ênfase nos princípios e direitos fundamentais no trabalho.

► Panamá

Implementação de metodologias inovadoras para promover a transição do trabalho adolescente permitido para o emprego jovem.

► Paquistão

Desde 1994, reforço das capacidades institucionais e técnicas para prevenir e eliminar o trabalho infantil a nível

federal, provincial e distrital em setores como o fabrico de bolas de futebol, tecelagem de tapetes, pesca em alto mar, trabalho doméstico, extração de carvão e apanha de trapos e em zonas afetadas por terramotos. Eliminação do trabalho infantil e da servidão por dívidas através de programas integrados no setor dos fornos de tijolos a nível provincial e distrital. Eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado da cadeia de valor do algodão.

► Paraguai

Implementação de ações para abordar os défices de trabalho digno na cadeia de abastecimento de algodão, com uma particular ênfase no respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho. Implementação da Estratégia para o Trabalho Infantil a nível local.

► Peru 🌍

Desenvolvimento de mapas locais de vulnerabilidade ao trabalho infantil a nível municipal para cada um dos 25 departamentos através da aplicação do Modelo de Identificação de Risco de Trabalho Infantil. Desenvolvimento da Política Nacional sobre Tráfico de Pessoas e implementação dos Planos Nacionais e Regionais de Ação sobre Tráfico de Pessoas através do reforço da capacidade do sistema de justiça criminal. O Peru é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Quénia

Reforço da capacidade do governo para combater o trabalho infantil e o trabalho forçado, as violações das condições aceitáveis de trabalho com uma abordagem multisetorial e a renovação do Comité Diretivo Nacional sobre Trabalho Infantil e dos Comités do Trabalho Infantil do Condado.

► Quirguistão

A inclusão das preocupações relativas ao trabalho infantil nos quadros de desenvolvimento de políticas facilitou a transição para sistemas de proteção das crianças que aborde o trabalho infantil. Desenvolvimento e reforço de um sistema legal abrangente de proteção das crianças, lançando as bases para uma resposta eficaz às questões em matéria das crianças, incluindo o trabalho infantil.

► República Democrática do Congo

Reforço da capacidade dos intervenientes nacionais para erradicar o trabalho infantil no setor do cobalto. Desenvolvimento de estratégias de comunicação e de sensibilização para promover a consciencialização a nível nacional, provincial e local. Coordenação dos esforços das partes interessadas e apoio aos sistemas de monitorização e resolução do setor privado para promover uma cadeia de abastecimento de cobalto responsável no país.

► República Dominicana

O país está a realizar ações para combater o trabalho infantil e melhorar as condições de trabalho no setor agrícola, sobretudo através da aplicação da legislação laboral e do reforço das capacidades do Ministério do Trabalho para este fim.

► Sérvia

Criação do primeiro Roteiro Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (2018-2022). Elaboração de uma lista de trabalho infantil perigoso.

► Síria

Proteção das crianças afetadas pelo conflito contra as piores formas de trabalho infantil mediante a integração de conceitos de trabalho infantil em Espaços Amigos da Criança, através da formação de funcionários governamentais e de atores de proteção infantil e da oferta de oportunidades de formação profissional a adolescentes.

► Sri Lanca 🌍

Revisão da lista de trabalhos perigosos; apoio à implementação da Política Nacional do Trabalho Infantil; e desenvolvimento e divulgação de uma metodologia de coordenação local para zonas sem trabalho infantil, com base num modelo existente para distritos sem trabalho infantil. Munir o Sri Lanca de recursos para combater o tráfico de pessoas. O Sri Lanca é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Suriname

Conclusão e lançamento do Relatório de 2017 relativo ao Inquérito sobre o Trabalho Infantil no Suriname (com ênfase nas zonas costeiras e rurais). Desenvolvimento e aprovação de um Plano Nacional de Ação. Fornecimento de informações e aconselhamento à Comissão Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil reconstituída.

► Tailândia

Assistência técnica para combater o trabalho forçado e o trabalho infantil no setor da pesca tailandesa e trabalhar para a ratificação do Protocolo à Convenção sobre o trabalho forçado (P29), que foi ratificado em 2018. Desenvolvimento e implementação de políticas para gerir a migração, proteger os trabalhadores migrantes e combater o tráfico de pessoas. Reforço do desenvolvimento de competências institucionais a nível nacional e provincial para o primeiro inquérito nacional sobre trabalho infantil em 2018.

► Tanzânia

Apoio político e assistência técnica aos mandantes tripartidos da OIT e a outras partes interessadas essenciais para combater o trabalho infantil e outros défices de trabalho digno no setor do tabaco, através da implementação da Estratégia Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil e do Plano Nacional de Ação de combate à Violência contra as Mulheres e Crianças (NPA VAWC).

► Timor-Leste

Reforço das capacidades nacionais e institucionais para eliminar o trabalho infantil através da realização de estudos e de um inquérito nacional sobre trabalho infantil, revisão da legislação e desenvolvimento de uma lista de trabalhos perigosos proibidos às crianças e reforço da capacidade da Comissão Nacional contra o Trabalho Infantil (CNTI) e das agências de aplicação da lei para a implementação de programas de eliminação do trabalho infantil.

► Tunísia 🌍

Revisão do quadro jurídico e melhoria dos mecanismos de coordenação institucional no âmbito do Plano Nacional de Ação para a Luta contra o Trabalho Infantil. Apoio aos constituintes, sobretudo aos serviços públicos de emprego e sindicatos, para uma melhor proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes, de e para a Tunísia, ao longo de todo o processo migratório. Apoio ao Instituto de Jornalismo e Ciências da Informação (IPSI) com base na sensibilização e desenvolvimento de competências para a elaboração de relatórios de qualidade sobre questões no âmbito do trabalho forçado. A Tunísia adotou nova legislação e desenvolveu capacidades para reforçar a regulamentação dos serviços de recrutamento e emprego, em consonância com as orientações da OIT sobre recrutamento justo. A Tunísia é um país pioneiro da *Alliance* 8.7.

► Turquia

Implementação de um projeto de parceria público-privada em colaboração com o Ministério da Família, Trabalho e Serviços Sociais visando contribuir para a eliminação do trabalho infantil na agricultura sazonal de colheita de avelãs, através do reforço das capacidades a nível nacional e local para a implementação eficiente das políticas relevantes.

► Uganda

Reforçar o compromisso a nível nacional e fortalecer o diálogo social para combater o trabalho infantil perigoso e outros défices de trabalho digno em distritos selecionados de cultivo de tabaco (Hoima, Arua, Gulu). O Uganda é um país pioneiro da *Alliance 8.7*.

► Usbequistão

Alavancagem dos direitos para o desenvolvimento: controlo assegurado do trabalho infantil e do trabalho forçado durante a colheita do algodão. Reforço da parceria social para a realização dos princípios e direitos fundamentais no trabalho na agricultura.

► Vietname

Reforçar a capacidade e apoiar o país na implementação do Plano Nacional de Ação de Prevenção e Redução do

Trabalho Infantil (2016-2020), através da sensibilização, criação de parcerias, apoio ao segundo inquérito nacional sobre trabalho infantil, revisão da legislação nacional e a prestação de serviços diretos às famílias e crianças vulneráveis. O Vietname é um país pioneiro da *Alliance 8.7*.

► Zâmbia

Redução do trabalho infantil através de melhorias nos serviços de oportunidades educativas, autonomização económica e mobilização social das comunidades produtoras de tabaco e de um melhor quadro regulamentar, desenvolvimento de competências e desenvolvimento institucional em apoio ao Plano Nacional de Ação para a Eliminação do Trabalho Infantil.

Regional

► Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

A Política para a Infância da CEDEAO de 2009, revista e adotada pelo Conselho de Ministros em janeiro de 2019, abrange quatro grupos de direitos da criança: sobrevivência, desenvolvimento, proteção e participação. A CEDEAO irá operacionalizar o seu Quadro Estratégico de reforço dos Sistemas Nacionais de Proteção da Criança para prevenir e responder à violência, abuso e exploração contra as crianças na África Ocidental, abrangendo o período de 2018-2030, através da formação dos Estados-Membros em matéria da implementação do quadro, utilizando as diretrizes desenvolvidas. O Plano Regional de Ação de 2012 para a eliminação do trabalho infantil deverá ser revisto, assim como a divulgação dos módulos de formação desenvolvidos sobre tráfico de pessoas, trabalho infantil e trabalho forçado para utilização na região em causa.

► Iniciativa do Sul da Ásia para Acabar com a Violência contra as Crianças (SAIEVAC)

Reforço da coordenação regional e da aprendizagem sobre trabalho infantil através do Plano Regional de Ação sobre Trabalho Infantil e da *Alliance 8.7*, com especial ênfase nos setores particularmente afetados, tais como os fornos de tijolos.

► Iniciativa Regional da América Latina e Caraíbas livres de Trabalho Infantil

(Plataforma de cooperação tripartida composta por 30 países)

Implementação do Modelo de Identificação de Risco de Trabalho Infantil, uma ferramenta estatística que identifica os territórios vulneráveis ao trabalho infantil e estima a relevância dos fatores de risco em 13 países, em cooperação com a Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL). Início da segunda fase da conceção de políticas locais de prevenção com base nos resultados dos mapas de risco na Argentina, Costa Rica e México. Desenvolvimento de um estudo regional sobre trabalho infantil na agricultura (OIT/FAO) e de um estudo regional sobre desigualdade e trabalho infantil (OIT/CEPAL). Nas Caraíbas, desenvolvimento de competências institucionais através de webinars temáticos no âmbito da dimensão de género e trabalho infantil.



© ILO/Crozet, M.

Resultados na Tailândia: Capacitar os trabalhadores para defesa dos seus direitos

Abordagem proativa e ascendente para capacitar os trabalhadores para defesa dos seus direitos

Sob a pressão e atenção internacional dos meios de comunicação social mundiais sobre os abusos laborais e a exploração sistemática na indústria pesqueira da Tailândia, o Governo tailandês levou a cabo várias reformas laborais para pôr fim aos graves abusos no setor, nomeadamente a ratificação do Protocolo da OIT de 2014 à Convenção sobre o Trabalho Forçado (P29) e a Convenção da OIT (n.º 188) sobre trabalho no setor das pescas, de 2007.

Não obstante o Governo tailandês tenha dado passos significativos, ainda subsistem muitos desafios, sobretudo no que respeita à proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes. Para agravar mais a questão, existe a Lei das Relações Laborais da Tailândia de 1975, que proíbe os trabalhadores migrantes de formar sindicatos de trabalhadores, suprimindo os seus direitos de organização e negociação coletiva. O país também ainda não ratificou as Convenções (n.º 87) e (n.º 98) da OIT sobre o direito de organização e negociação coletiva, ambas vitais para a proteção dos direitos dos trabalhadores.

Quase 90 por cento dos 60 000 pescadores do setor são migrantes oriundos de Mianmar e do Camboja, a maioria destes com pouco ou nenhum conhecimento sobre os direitos dos seus trabalhadores, vulneráveis a várias formas de abuso e exploração, incluindo o trabalho forçado e a servidão por dívidas. Sem os direitos fundamentais à liberdade sindical e negociação coletiva, as questões laborais entre os trabalhadores migrantes da indústria da pesca tailandesa continuarão a persistir.

Com o apoio do projeto *Ship to Shore Rights* da OIT, a Federação Internacional dos Trabalhadores dos Transportes (ITF) estabeleceu a *Fishers Rights' Network* (FRN) para criar um sindicato democrático e representativo dos pescadores na Tailândia para combater o abuso e a exploração na indústria da pesca tailandesa.

«Não conhecia os meus direitos como trabalhador nem outras leis relacionadas com o meu trabalho. Com a ajuda da FRN, obtive informações sobre os meus direitos e posso ter os meus direitos. Gostaria de dizer aos meus irmãos que estão a trabalhar ou que vêm para a Tailândia para se juntarem à FRN, para que todos tenhamos os direitos que deveríamos ter». (Chan Myae Aung, antigo pescador e atual organizador da FRN)

Lançada em 2017, a ITF/FRN construiu lentamente relações e ganhou a confiança dos pescadores migrantes através de atividades de formação e de seminários, bem como da doação de *kits* de primeiros socorros, ao mesmo tempo que recrutava e capacitava os organizadores e líderes entre os pescadores para poderem chegar a outros pescadores migrantes. Estes representantes de pescadores de boa fé participaram em diversas reuniões e diálogos, tais como na plataforma provincial tripartida+ da OIT e nas reuniões do Comité Diretivo do projeto para partilhar as suas histórias, desafios e para abordar as preocupações em nome dos pescadores migrantes. Chan Myae Aung participou em algumas destas reuniões para defender o trabalho digno para os pescadores migrantes.

A ITF/FRN adotou uma abordagem mais proativa e ascendente na capacitação dos trabalhadores para defenderem os seus direitos. Tal ajudou os pescadores a reduzir gradualmente o desequilíbrio de poder entre trabalhadores e empregadores, navio por navio, e construiu uma forte rede de organizadores/líderes no âmbito da pesca para poderem estar atentos uns aos outros.

A ITF/FRN tem atualmente mais de 3000 pescadores migrantes como membros e está em crescimento constante. Com a ajuda de parceiros jurídicos, a ITF/FRN ajudou muitos pescadores a lutar em processos judiciais, ao mesmo tempo que continua a informar os pescadores sobre os seus direitos na defesa de melhores condições de trabalho.



© Aiyumaneet Totlimsri, ILO, Ship to Shore Project

O projeto da OIT «Combating Unacceptable Forms of Work in the Thai Fishing and Seafood Industry» (projeto «Ship to Shore Rights») visa prevenir e reduzir o trabalho forçado, o trabalho infantil e outras formas de trabalho inaceitáveis e eliminar progressivamente a exploração de trabalhadores, sobretudo trabalhadores migrantes, nos setores da pesca e do processamento de produtos do mar da Tailândia. O projeto é financiado pela União Europeia ao abrigo do Acordo de Subvenção número DCI-HUM/2015/371-801 (THA/15/03/EUR) com um financiamento total de 4 200 000 euros.

► Testemunho das Filipinas: Conclusão da escolaridade básica através de uma experiência de aprendizagem alternativa

Camarines Norte é uma província das Filipinas com um elevado risco de catástrofes devido aos riscos decorrentes das alterações climáticas. Todos os anos, tufões com ventos e chuvas fortes causam inundações e deslizamentos de terras, que aumentam a pobreza e forçam as pessoas a passar da agricultura para a extração de ouro em pequena escala.

Uma destas minas de ouro lamacentas e carregadas de mercúrio é o «parque infantil» de Archie. No início, Archie, que começou a trabalhar numa mina de ouro aos 11 anos de idade, pensava que a procura de ouro era apenas diversão e brincadeira com os amigos.

Enquanto a maioria das crianças levava as suas mochilas para a escola, Archie usava as costas para transportar um saco de minério com um peso de quase 45 quilos – mais do que o seu próprio peso. Archie ganhava 100 pesos filipinos (menos de 2 dólares) e trabalhava entre 8 e 12 horas por dia.

Um dia, a mina foi atingida por um grande deslizamento de terras, causado pelas fortes chuvas, que matou e feriu vários mineiros. A mina de ouro já não era diversão, mas «medo, dor e agonia».

Crianças como Archie põem a sua saúde e as suas vidas em risco através de uma prática perigosa, e agora ilegal, conhecida como mineração com compressores. As crianças espremem-se em entradas estreitas para escavar às cegas à procura de ouro em poços profundos, subterrâneos, muitas vezes debaixo de água, a respirar através de mangueiras ligadas a compressores movidos a diesel ao nível do solo. As minas por vezes desabam e as crianças são expostas a produtos químicos tóxicos.

Sendo o único rapaz de três filhos, Archie não teve outra escolha senão ajudar a família. O trabalho na extração de ouro tem sido um modo de vida para a sua família, transmitido de geração em geração devido à pobreza.

Archie, que tem agora 17 anos, está atualmente inscrito no Sistema de Aprendizagem Alternativo, um sistema de aprendizagem paralela nas Filipinas que proporciona uma opção prática para

completar a escolaridade básica. Considera-o um desafio devido às dificuldades que sente com a escrita e a leitura. Contudo, Archie acredita que obter uma boa educação o ajudará a encontrar um emprego digno.

«Estou pronto a abraçar tudo o que surgir no meu caminho e a aceitar qualquer oportunidade disponível. Percebi que quanto melhor for o meu nível de ensino, melhores opções de carreira tenho. Só espero que não seja demasiado tarde para mim», conclui Archie.

«Esqueci-me da escola quando comecei a ganhar dinheiro. No início, pensava que trabalhar na mina de ouro era divertido. Os meus amigos e eu fazíamos jogos e atirávamos lama uns aos outros», declarou Archie.



O projeto da OIT de «Convocar as partes interessadas para desenvolver e implementar estratégias para reduzir o trabalho infantil e melhorar as condições de trabalho na indústria extrativa de ouro artesanal de pequena escala» (projeto *CARING Gold Mining*) é implementado em parceria com a BAN Toxics. O projeto procura abordar as causas profundas do problema, a pobreza, a vulnerabilidade e a falta de reconhecimento oficial deste tipo de trabalho.

O projeto *CARING Gold Mining* é financiado pelo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos da América (USDOL) ao abrigo do acordo de cooperação número IL-28105-15-75-K-11 (GLO/15/30/USA). Cem por cento dos custos totais do projeto *CARING Gold Mining* são financiados por fundos federais, num total de 5 000 000 de dólares. Esta publicação não reflete necessariamente as opiniões ou políticas da USDOL, nem a menção de nomes comerciais, produtos comerciais ou organizações constitui uma aprovação por parte do Governo dos Estados Unidos da América.

Resultados no Usbequistão: Eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado no setor do algodão

A maior parte do trabalho infantil e do trabalho forçado foi eliminado dos campos de algodão.

Grças a dois projetos da OIT a decorrer no país, em 2018, 93 por cento das pessoas envolvidas na colheita de algodão trabalhavam voluntariamente, com melhores condições e salários.

A colheita de algodão no Usbequistão constitui a maior operação de recrutamento do mundo, uma vez que cerca de 2,6 milhões de pessoas colhem temporariamente algodão todos os anos. A terra destinada à cultura do algodão foi reduzida, mas a cultura ainda constitui uma importante fonte de rendimento para muitas pessoas do país, sobretudo mulheres das zonas rurais. Porém, surgiram preocupações no sentido de que esta operação pudesse envolver trabalho forçado e trabalho infantil.

Em 2018, 93 por cento das pessoas envolvidas na colheita de algodão trabalhavam voluntariamente. Ainda que o recrutamento sistemático de estudantes, professores, médicos e enfermeiros tenha praticamente terminado, em alguns locais ainda se verifica o recrutamento de pessoas de instituições, agências e empresas estatais. Entre estas, algumas relataram que teriam preferido não participar na colheita, mas não queriam ter problemas com os empregadores. Outros comunicaram que apanhavam algodão voluntariamente devido aos melhores preços e bónus.

► A implementação do Programa de Trabalho Digno por País (PTDP) no Usbequistão

O Programa de Trabalho Digno por País (PTDP) teve início em 2015, reforçando a parceria social no Usbequistão para a realização dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, promovendo oportunidades de emprego digno e melhorando as condições de trabalho e a proteção social. À análise detalhada e às recomendações baseadas nas investigações sobre trabalho forçado seguiram-se sensibilização e formação sobre as medidas necessárias para erradicar o trabalho forçado da indústria do algodão, incluindo as questões relativas aos salários, condições de trabalho e relações laborais. Facilitou a ratificação da Convenção (n.º 87) sobre a liberdade sindical pelo Usbequistão em dezembro de 2017.

► Monitorização por terceiros

A OIT tem vindo desde 2013 a monitorizar a colheita de algodão no que respeita ao trabalho infantil, através de um acordo com o Governo usbeque e organizações de empregadores e de trabalhadores. Em 2015, começou a monitorizar o trabalho forçado

e o trabalho infantil, como parte de um acordo com o Banco Mundial. Em 2018, foram realizadas 11 000 entrevistas, não acompanhadas e sem aviso prévio, por peritos da OIT a apanhadores de algodão e a outros envolvidos nas colheitas em todas as províncias do país, para criar uma imagem da situação no terreno.

► Aumento salarial dos apanhadores de algodão

O Governo usbeque procedeu a uma série de reformas, nomeadamente ao aumento dos salários dos apanhadores de algodão e introduziu uma tabela salarial diferenciada - os apanhadores recebem mais por quilograma de algodão no final da colheita, quando as condições são menos favoráveis. A estrutura salarial foi aperfeiçoada em 2018 para incentivar a mobilidade, recompensando os que estavam dispostos a fazer a apanha em distritos menos densamente povoados e com rendimentos mais baixos.

► Linhas telefónicas diretas do Governo

Em 2018, o Governo usbeque tratou mais de 2500 casos comunicados através das suas linhas diretas. Em alguns casos, os *hokims* (presidentes de câmara) e os responsáveis de instituições foram punidos por violarem os direitos laborais das pessoas. As sanções incluíram despedimentos, destituições e multas.

► Caminho a seguir

Desde 2015, a OIT tem vindo a implementar um PTDP abrangente com o Governo usbeque, que visa reforçar as políticas de emprego e de recrutamento, a inspeção e administração do trabalho, a legislação laboral, a segurança e saúde no trabalho, o diálogo social e as organizações independentes de empregadores e de trabalhadores.



O projeto da OIT «Monitorização por terceiros» (projeto TPM) é financiado por um fundo fiduciário de múltiplos doadores gerido pelo Banco Mundial, com generosas contribuições da União Europeia, Departamento de Estado dos EUA, Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC) e Corporação Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ). O Departamento de Trabalho dos EUA (USDOL) apoia a implementação do Programa de Trabalho Digno por País (PTDP).

► Testemunho da Jordânia: De trabalhadora doméstica não remunerada a estudante universitária

Nascida numa família pobre de oito pessoas, Raghda desistiu da escola antes de ter concluído o ensino primário. Felizmente, alguns anos mais tarde, aderiu a um programa local da OIT, que prestava serviços no âmbito do abandono e aconselhava os pais a facilitarem o acesso à cultura.

Os meus pais não acreditam no ensino para as raparigas. É assim aqui. Então, quando tinha 12 anos, em 2008, tiraram-me da escola. Esperava-se que fizesse tarefas domésticas, casasse e tivesse filhos. Implorei-lhes que me deixassem ir à escola, mas foi em vão.

Em 2010, ouvi falar de um programa local da OIT chamado SCREAM, que apoia crianças em situação de trabalho infantil e abandono escolar. Decidi aderir e participar em todas as atividades educacionais e recreativas: viagens de estudo, cursos de *fitness* e espetáculos artísticos. Até participei em conferências sobre trabalho infantil: aprendi tanto!

Em 2013, completei todos os requisitos do programa educativo e passei no exame de equivalência do 10.º ano. Inscrevi-me no Centro de Formação Profissional onde fiz dois cursos de cabeleireiro – básico e avançado.

Em 2014, e para melhorar as minhas competências, tirei a Carta Internacional de Condução Informática (ICDL) de Cambridge.

E não parei aí: com o incentivo da minha mãe, que, com o apoio do programa tinha finalmente concordado com a minha forma de pensar e a dos meus professores, decidi estudar em casa para obter o meu diploma do ensino secundário.

Em 2018, passei no exame do ensino secundário na área de literatura. Consegui então um contrato como assistente social na iniciativa sobre o trabalho infantil para apoiar o programa para os refugiados sírios.

Nesse mesmo ano, com o dinheiro que ganhei, pude candidatar-me ao Departamento de Estudos Sociais da Universidade de Balqa. Está a correr tudo muito bem!

Com o apoio da OIT, espero licenciar-me em 2022. Quero tornar-me assistente social e ajudar outras crianças em situação de trabalho infantil a procurar um futuro mais promissor.

Através do «projeto MAP 16» da OIT, a funcionar na região, Raghda está em vias de obter uma bolsa de estudo completa para continuar a sua formação universitária.

«Este programa teve um enorme impacto na minha vida e na vida da minha família e abriu-nos os olhos para a importância e o papel das crianças na sociedade», declarou Raghda.



O programa da OIT «Defesa dos direitos das crianças através da educação, das artes e dos meios de comunicação» (programa SCREAM), é um programa de educação e mobilização social implementado através de um pacote educativo, traduzido em 25 línguas e utilizado em mais de 70 países - em alguns casos totalmente integrado no currículo escolar. Desde o seu lançamento, em 2002, participaram mais de cem mil crianças em atividades SCREAM através de projetos da OIT, e mais alguns milhares estiveram envolvidas através de programas SCREAM mais amplos, no seguimento de projetos específicos ou sem ligação a qualquer projeto específico.

O projeto da OIT de «Medição, sensibilização e compromisso político sobre trabalho infantil e trabalho forçado» (projeto MAP 16), é financiado pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos da América (USDOL) (GLO/18/29/USA). Cem por cento dos custos totais do projeto MAP 16 são financiados por fundos federais, num total de 22 400 000 dólares. Este material não reflete necessariamente as opiniões ou políticas do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos da América, nem a menção de nomes comerciais, produtos comerciais ou organizações constitui uma aprovação por parte do Governo dos Estados Unidos da América.

Resultados no Sudeste Asiático: Criação de um organismo de coordenação regional para pôr fim ao tráfico e ao trabalho forçado no setor das pescas

O *SEA Forum for Fishers* (o fórum do Sudeste Asiático para pôr fim ao tráfico de pessoas e ao trabalho forçado dos pescadores) foi criado como o órgão de coordenação regional para dar resposta aos desafios únicos colocados pelo tráfico e o trabalho forçado, visando proteger os pescadores do Sudeste Asiático.

Há 32 milhões de pescadores na Ásia e estima-se que trabalhem cerca de 7 milhões de pescadores dos países do Sudeste Asiático nas frotas nacionais de pesca no mar territorial e nas águas internas da sub-região. Simultaneamente, e ainda que os números não sejam claros, há potencialmente centenas de milhares de pescadores do Sudeste Asiático em embarcações que arvoram pavilhão de países fora da região e que trabalham em alto mar. O trabalho na pesca é inerentemente perigoso e os pescadores migrantes enfrentam, dentro e fora do Sudeste Asiático, vulnerabilidades adicionais enquanto se encontram a bordo de embarcações e durante o processo de recrutamento e colocação.

► A implementação do projeto de pesca SEA

O projeto de pesca SEA da OIT teve início em 2017. Através de uma série de consultas nacionais e regionais, a OIT criou um consenso entre os países do Sudeste Asiático e as partes interessadas, que reconheceram a necessidade de um órgão de coordenação regional para pôr fim ao tráfico e ao trabalho forçado no setor das pescas. O *SEA Forum for Fishers* foi criado em novembro de 2018 e concebido para visar os desafios únicos do setor das pescas através de cinco Grupos de Trabalho que, em conjunto,

abordam as diversas questões recorrendo a uma abordagem integrada, holística, centrada nos direitos humanos e orientada para a ação.

Através destes cinco Grupos de Trabalho, o Fórum visa uma melhor compreensão da jurisdição marítima e da aplicação das leis laborais no setor das pescas. Alavanca a utilização de dados de sensibilização do domínio marítimo para a deteção do tráfico de pessoas e o controlo das condições de trabalho nas embarcações. Também aborda os desafios únicos da migração laboral no trabalho marítimo e procura melhorar o acesso a meios de reparação para os sobreviventes e vítimas, indo mais além dos processos judiciais.

► Posição unificada do Sudeste Asiático

No plenário inaugural do Fórum SEA para os pescadores em setembro de 2019, o Fórum aprovou duas recomendações vitais em relação às responsabilidades do Estado de bandeira e do Estado costeiro e às responsabilidades do Estado de mercado. O Fórum está também a desenvolver diretrizes para melhorar o controlo pelo Estado do porto e a inspeção de navios no que respeita às condições de trabalho, assim como princípios de recrutamento para pôr fim a práticas fraudulentas, desonestas e desleais.



O projeto da OIT que visa «reforçar a coordenação para combater a exploração do trabalho e o tráfico de pessoas no Sudeste Asiático» (projeto de pesca SEA) é financiado pelo Departamento de Estado dos EUA (Gabinete de Monitorização e Combate ao Tráfico de Pessoas) ao abrigo do acordo de cooperação número S-SJTIP-17-CA-1011 (RAS/16/11/USA). Cem por cento dos custos totais do projeto são financiados por fundos federais, num total de 1 650 000 dólares. Este material não reflete necessariamente as opiniões ou políticas do Departamento de Estado dos EUA, nem a menção de nomes comerciais, produtos comerciais ou organizações constitui uma aprovação por parte do Governo dos Estados Unidos da América.

► Testemunho do Nepal: Novas vidas, novas liberdades – como a migração laboral concede poder às mulheres do Nepal

As trabalhadoras migrantes nepalesas recrutadas de forma justa encontram formas de apoiar as suas famílias, contribuindo ao mesmo tempo para a economia

Quando a conheci, Ram Kumari Chaudhary era uma jovem tímida de 19 anos. Queria trabalhar na Jordânia para dar apoio aos pais, tendo-me explicado que havia poucas oportunidades de encontrar um emprego digno no Nepal. Pouco tempo depois, soube que tinha encontrado um emprego numa fábrica florescente de vestuário na Jordânia, onde ganhava cerca de 350 dólares por mês. Enviava regularmente cerca de três quartos do seu salário aos pais que continuavam a viver no Nepal.

Cerca de 18 meses depois, as más condições de saúde do pai obrigaram-na a regressar a casa. Trouxe consigo um reembolso das suas contribuições para a segurança social, no valor de cerca de 500 dólares, além de outras poupanças. Quando nos encontrámos novamente, tinha-se transformado numa jovem mulher confiante, encorajada pela sua experiência e realizações no mundo. «Apoiei a construção de uma pequena casa para os meus pais», afirmou. «Tenho estado a apoiar o tratamento do meu pai. Trouxe comigo uma televisão de ecrã plano. Tenho umas poupanças modestas e já me ofereceram um emprego numa fábrica daqui. Dada a minha experiência internacional, o salário é bom. Se tivesse ficado no Nepal, não ganharia esse valor.»

O agregado familiar de Chaudhary é um dos 57 por cento do Nepal que recebe remessas de trabalhadores migrantes. Estes fluxos financeiros contribuem com cerca de 26 por cento do PIB do país, e estão a crescer. Só no ano fiscal de 2018/19, o país recebeu remessas de 879,26 mil milhões de rupias nepalesas (7,76 mil milhões de dólares), contra os 231,72 mil milhões de rupias nepalesas (2,05 mil milhões de dólares) de 2009/10.

Maya Chepang Praja, de 25 anos, de Chitwan, a sudoeste de Katmandu, optou por trabalhar no estrangeiro para apoiar a educação do seu filho, com três anos na altura, depois de o seu marido os ter abandonado. Na Jordânia, ganhava uma média de 275 dólares por mês – mais do dobro dos 130 dólares que recebia quando trabalhava numa fábrica no Nepal – e enviava a maior parte deste dinheiro para o filho.

Foi obrigada a regressar ao Nepal após nove meses, quando o seu filho, que tinha ficado aos cuidados da avó, esmagou a perna num acidente. «O que tinha ganho em nove meses ajudou a recuperar a perna do meu filho. Ficarei sempre grata por isso», declarou. Maya está agora à procura de outro emprego no estrangeiro.

Não obstante entrem 500 000 pessoas todos os anos no mercado de trabalho do Nepal, apenas uma em cada dez encontra emprego. As histórias destas jovens mulheres provam que os empregos dignos no estrangeiro contribuem não só para apoiar o bem-estar económico das suas famílias, mas também a sua própria capacitação como mulheres nepalesas.

«O que tinha ganho em nove meses ajudou a recuperar a perna do meu filho. Ficarei sempre grata por isso», declarou Maya Chepang Praja.



A Iniciativa de Recrutamento Justo da OIT visa promover práticas de recrutamento justas, prevenir o tráfico de pessoas e reduzir os custos da migração laboral. A Iniciativa de Recrutamento Justo é apoiada por projetos nacionais, regionais e globais. Os projetos globais incluem o REFRAME e o FAIR, financiados pela Comissão Europeia e pela Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC), respetivamente.

Resultados na Região da Ásia: Redução da vulnerabilidade ao trabalho infantil e reforço da proteção das crianças contra a exploração

O Programa Regional da Ásia sobre Trabalho Infantil (ARC) apoia a redução da vulnerabilidade ao trabalho infantil e o reforço da proteção das crianças contra a exploração no Afeganistão, Bangladeche, Índia, Nepal, Myanmar e Paquistão, com vista a atingir a Meta 8.7 dos ODS.

A OIT trabalhará com os seus constituintes e com os parceiros do projeto DFID, a UNICEF e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IDS), nos seis países, com o objetivo de:

- criar uma base de conhecimentos credível sobre as causas e os fatores do trabalho infantil e de intervenções eficazes para os combater;
- alinhar a legislação e as políticas com as convenções internacionais sobre trabalho infantil, trabalho forçado e tráfico de pessoas, bem como a sua aplicação e execução; e
- desenvolver e aplicar uma abordagem holística para erradicar as piores formas de trabalho infantil em regiões selecionadas de cada país.

A ênfase será na prevenção e em facilitar de forma indireta a recuperação e reabilitação de crianças trabalhadoras identificadas nas áreas-alvo. A estratégia combina investigação e ação específicas do setor numa abordagem integrada baseada na área em questão para tornar as áreas-alvo livres de trabalho infantil.

Dado o aumento esperado das catástrofes naturais, na sua maioria associadas às alterações climáticas, e o risco resultante para as crianças deslocadas e obrigadas a compensar a perda de terras e de meios de subsistência da família, o programa visará igualmente regiões que tenham

sofrido ou estejam sujeitas a sofrer terremotos, inundações ou secas.

Outros grupos vulneráveis que necessitam de atenção especial são os agregados familiares cujos chefes de família são mulheres, os migrantes sazonais, as minorias religiosas, indígenas, daltas, deslocados internos, refugiados e retornados. Deve ser dada especial atenção às crianças que trabalham longe de casa, pois enfrentam um maior risco de exploração.

Alguns projetos anteriores da OIT apoiaram os governos na adoção de Planos Nacionais de Ação para eliminar o trabalho infantil. O programa reforçará a capacidade para implementar estes planos e proporcionará orientações políticas para assegurar que os resultados são sustentáveis. O intercâmbio periódico entre os seis países deverá permitir que as estratégias bem-sucedidas num país orientem a implementação nos outros, acelerando assim o ritmo de eliminação do trabalho infantil.

A monitorização e avaliação regulares dos processos e intervenções a nível nacional, provincial e local ajudarão a construir uma base de dados empíricos do que funciona e do que não funciona e a reorientar a ação, quando necessário.



O Programa Regional da Ásia sobre Trabalho Infantil (ARC) é um programa quadrienal financiado pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID).

► Testemunho de Madagáscar: «Quero um futuro mais promissor para os meus filhos»

Chamo-me Francine e sou uma das beneficiárias do projeto OIT-SAVABE. Tenho 41 anos e vivo em Marovato com os meus dois filhos, de 13 e 15 anos.

Antes de aderir ao projeto, cultivava vegetais e fruta, sobretudo baunilha, e também plantava tomate, mas a produção era muito baixa. Como ganhava muito pouco, os meus filhos não podiam ir à escola, pois tinham de me ajudar nos campos. Não via nenhum futuro para eles ou para mim.

Um dia, foi realizado um evento de sensibilização sobre as iniciativas do projeto OIT-SAVABE no local onde vivo. Fiquei imediatamente interessada e participei em todas as sessões de informação e formação. Convencida de que este projeto me poderia ajudar a melhorar as condições de vida da minha pequena família, decidi inscrever-me.

A primeira sessão de formação a que assisti foi sobre prevenção e combate ao trabalho infantil. Como não tinha possibilidades de pôr os meus filhos na escola, pedi conselhos aos formadores sobre meios que me permitissem melhorar as minhas fontes de rendimento para que eles pudessem ir à escola.

A seguir, participei em todas as sessões de formação ministradas pelo projeto sobre boas práticas agrícolas: a melhoria da cultura de baunilha como prioridade e aconselhamento sobre outras fontes de rendimento, ainda no setor agrícola, em particular o cultivo de hortas, agricultura de ciclo curto, cultivo de gengibre, etc. Tive também formação em educação financeira. Munida deste novo conhecimento, decidi, assim, alargar a cultura de tomate, adicionalmente ao meu campo de baunilha, que me proporciona o meu rendimento básico.

Graças às novas técnicas que o projeto me ensinou, bem como ao apoio técnico e material que ofereceu, posso agora verificar um claro aumento na minha produção de tomate (quatro vezes mais do que na época anterior). O meu rendimento melhorou. Além disso, pratiquei o que aprendi no curso de formação em gestão financeira e agora consigo pagar as propinas escolares dos meus dois filhos. Estou muito feliz e agradeço ao projeto OIT-SAVABE a mudança que trouxe à minha vida e à vida da minha família.

E não quero parar por aqui... Gostaria de continuar a expandir as minhas culturas de baunilha e de tomate e de pôr em prática toda a formação que recebi, sobretudo a que respeita à agricultura de ciclo curto. Poderei assim assegurar um futuro promissor para os meus filhos.

«Estou muito feliz e agradeço ao projeto OIT-SAVABE a mudança que trouxe à minha vida e à vida da minha família», declarou Francine.



O projeto da OIT «Apoiar comunidades de cultivo de baunilha sem trabalho infantil e sustentáveis em Sava» (projeto OIT-SAVABE), é financiado pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos da América (USDOL) ao abrigo do acordo de cooperação número IL-29992-16-75-K-11 (MDG/16/01M/USA). Cem por cento dos custos totais do projeto são financiados por fundos federais, num total de 4 000 000 de dólares. Este material não reflete necessariamente as opiniões ou políticas do Departamento de Trabalho dos EUA, nem a menção de nomes comerciais, produtos comerciais ou organizações constitui uma aprovação por parte do Governo dos Estados Unidos da América.

► Os nossos parceiros

A OIT gostaria de agradecer as contribuições para a eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado recebidas de:



A OIT também reconhece e agradece as contribuições recebidas da FAO, UNICEF e Banco Mundial, bem como de parcerias público-privadas e iniciativas lideradas por empresas, tais como a Plataforma sobre o Trabalho Infantil (CLP) e a Rede Mundial de Empresas sobre Trabalho Forçado da OIT.



Fundamental Principles and Rights at Work Branch (FUNDAMENTALS)

Governance and Tripartism Department
Organização Internacional do Trabalho
4, route des Morillons
1211 Genebra 22 - Suíça

www.ilo.org/ipec-plus

Copyright © Organização Internacional do Trabalho – 2020
Publicado em junho 2020

Foto da capa © OIT